...continuação

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidade - AME Idoso Oeste** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, sob essas normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra

SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra

CNPJ nº 61.699.567/0029-93

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Associação é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades praticadas pela associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, realizado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Instituição Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM amplia sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

Comparativo das Demonstrações dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

ATIVO	2016	2015
Ativo Circulante	**11.910.817,11**	**11.397.369,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	**251.901,94**	**617.816,93**
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento (nota 3.1)	10.040,56	24.046,04
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	241.861,38	593.770,89
Contas a Receber (nota 3.3)	**11.491.863,49**	**10.595.510,58**
Valores a Receber Secretaria de Estado da Saúde (nota 3.3.1)	10.082.376,00	9.422.784,00
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	1.228.769,67	992.008,76
Valores em Negociação - Contrato (nota 3.3.3)	180.717,82	180.717,82
Outros Créditos (nota 3.4)	**92.024,11**	**91.680,78**
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	7.658,99	5.916,53
Antecipações Salariais (nota 3.4.2)	1.236,57	1.007,51
Antecipação de Férias (nota 3.4.3)	83.128,55	84.756,74
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 11)	**604,11**	**642,50**
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (nota 11)	604,11	642,50
Estoques (nota 3.5)	**74.423,46**	**91.719,18**
Materiais e Medicamentos	74.423,46	91.719,18
Ativo não Circulante	**24.575.957,02**	**33.864.958,18**
Contratos Públicos a Receber (nota 3.6)	22.834.048,00	31.808.128,00
Bens Móveis	1.741.909,02	2.056.830,18
Bens de Terceiros (nota 3.7)	3.215.212,43	3.182.012,43
Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7.1)	(1.473.303,41)	(1.125.182,25)
Total do Ativo	**36.486.774,13**	**45.262.328,15**

PASSIVO	2016	2015
Passivo Circulante	**11.910.817,11**	**11.397.369,97**
Fornecedores (nota 3.8)	46.572,49	32.943,09
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (nota 3.9)	135.934,12	113.985,27
Serviços de Terceiros Pessoa Física	115,30	-
Salários a Pagar (nota 3.10)	364.821,28	353.470,18
Contribuições a Recolher (nota 3.11)	98.113,52	90.577,38
Provisão de Férias e Encargos (nota 3.12)	638.542,03	600.674,06
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 3.12)	50.983,31	48.053,92
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias	6.385,45	-
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)	1.228.769,67	992.008,76
Impostos a Recolher (nota 3.13)	118.216,94	108.414,99
Obrigações Tributárias (nota 3.14)	20.354,67	18.014,56
Outras Contas a Pagar (nota 3.15)	14.079,01	17.885,06
Valores a Realizar - Contrato (nota 3.16)	9.181.125,32	8.988.279,67
Operações com Materiais de Terceiros (nota 3.5.1)	6.804,00	33.063,03
Passivo não Circulante	**24.575.957,02**	**33.864.958,18**
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3.17)	-	-
Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7)	**3.215.212,43**	**3.182.012,43**
Ajuste de Vida Útil - Bens Móveis de Terceiros (nota 3.7.1)	(1.473.303,41)	(1.125.182,25)
Contratos Públicos a Realizar (nota 3.16)	**22.834.048,00**	**31.808.128,00**
Total do Passivo	**36.486.774,13**	**45.262.328,15**
Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultados do Exercício/Período	-	-
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	-	-
Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-	-
Ajuste nas Contas Patrimoniais	-	-
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento) Redução em Contas a Receber	8.077.422,15	(36.677.051,41)
(Aumento) Redução em Estoques	35.222,34	50.492,72
Aumento (Redução) em Fornecedores	(30.037,31)	67.366,80
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	(8.464.411,14)	36.015.290,45
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(314.921,16)	(180.984,34)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais	**(707.095,18)**	**(724.885,78)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
(–) Compras de Imobilizado	-	-
(–) Adição de Bens de Terceiros	341.180,19	180.984,34
(–) Adição de Bens Intangíveis	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos	**341.180,19**	**180.984,34**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos Tomados	-	-
(–) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	-	-
Juros Pagos por Empréstimos	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(365.914,99)**	**(543.901,44)**
No Início do Período	**617.816,93**	**1.161.718,37**
No Final do Período	**251.901,94**	**617.816,93**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
1 - Receitas	**11.998.822,03**	**11.624.783,41**
1.1) Prestação de Serviços	9.889.530,35	9.561.708,83
1.2) Outras Receitas	161,90	12.748,43
1.3) Isenção Usufruída sobre Contribuições	2.101.469,56	2.041.298,02
1.4) Trabalho Voluntário	7.660,22	9.028,13
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	**2.100.054,22**	**2.102.680,14**
2.1) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações	342.243,50	416.106,90
2.2) Serviço de Terceiros e Outros	1.698.641,42	1.686.573,24
2.3) Outros	59.169,30	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**9.898.767,81**	**9.522.103,27**
4 - Retenções	-	-
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**9.898.767,81**	**9.522.103,27**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**105.176,74**	**109.235,36**
6.1) Receitas Financeiras	105.176,74	109.235,36
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	**10.003.944,55**	**9.631.338,63**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**10.003.944,55**	**9.631.338,63**
8.1) Pessoal e Encargos	7.693.087,89	7.428.210,24
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	3.780,51	2.969,05
8.3) Outras Despesas	-	25.016,94
8.4) Juros	13,22	-
8.5) Aluguéis	136.764,04	124.816,25
8.6) Isenção Usufruída sobre Contribuições	2.101.469,56	2.041.298,02
8.7) Trabalho Voluntário	7.660,22	9.028,13
8.8) Outras Despesas Financeiras	61.169,11	-
8.9) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras - Características da Unidade Gerenciada: O Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra foi criado pelo Decreto Lei nº 55.936 de 21 de junho de 2010 do Governo do Estado de São Paulo, com foco no atendimento assistencial de média e de consulta ambulatoriais especializadas e na realização de exames diagnósticos e cirurgias ambulatoriais a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS/SP. Inaugurado em 10 de maio de 2012 sob a gestão da OSS-SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, iniciou suas atividades em abril de 2012, através de Contrato de Gestão assinado com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2010. Sendo referência para a região de Taboão da Serra e Embu das Artes, além de abranger mais de 15 municípios no entorno, como: Osasco, Juquitiba, Vargem grande Paulista, Cotia e Itapecerica da Serra, atendendo. Visa agilidade dos processos Administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em abril de 2014 foi implementado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, ações de detecção precoce e tratamento dos dois principais agravos (Câncer de Próstata e Doenças Cardiovasculares) na população masculina acima de 50 - Programa "Filho que Ama, Leva seu Pai ao AME", com horário ampliado para os sábados e consultas de Enfermagem, Urologia e Cardiologia. O Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Taboão da Serra em conformidade com os Anexos que integram o instrumento. O primeiro Contrato de Gestão nº 001.0500.000.058/2010 vigorou até a data 16.07.2015 e o segundo Contrato de Gestão nº 001.0500.000.032/2015 com vigência de 17.07.2015 a 17.07.2020 e valor global de R$ 44.870.400,00 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e quatrocentos reais). Em dezembro de 2016, o Ambulatório Médico de Especialidades Taboão da Serra conquistou a Certificação ONA Nível II, objetivando segurança e desenvolvimento constante da cultura da qualidade e da segurança dos nossos pacientes. As principais atividades desenvolvidas na unidade no ano de 2016 foram Consulta Médica, Atendimento não Médico, Cirurgia Ambulatorial e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - SADT Externo. **1. Imunidade Tributária:** A Entidade enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Entidade elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e informações mínimas a serem divulgadas em Notas explicativas pelas Entidades sem finalidade de lucros. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Características da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Ame Taboão da Serra** - Estrada São Francisco, 1.448 - Jardim Henriqueta - Taboão da Serra - SP - CEP 06764-290 - CNPJ nº 61.699.567/0029-93. **3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes, conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, mas traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados, conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante, conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e, Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do Governo Federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	R$	
Descrição	**31.12.2016**	**31.12.2015**
Saldos em Caixa	-	-
Saldos em Banco	10.040,56	24.046,04
Saldo Aplicação Financeira	241.861,38	593.770,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	**251.901,94**	**617.816,93**

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R$ 251.901,94 (Duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e um reais e noventa e quatro centavos) demonstrado no quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	CDB/RDB e BB Reaplicação	85,00	241.861,38	593.770,89

3.3. Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a consti-

...continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
sexta-feira, 28 de abril de 2017 às 02:42:14.